



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora ZENAIDE MAIA PROS | RN

PROJETO DE LEI N° , DE 2020

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para instituir adicional temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre o resultado das instituições financeiras e das empresas de mineração, a vigorar durante os exercícios de 2020 a 2030.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 3º

Parágrafo único. Nos exercícios de 2020 a 2030, as alíquotas da contribuição para as pessoas jurídicas referidas no inciso I do *caput* e para as pessoas jurídicas de mineração, cujo faturamento seja maior que R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) anuais, será acrescida de adicional de 20 (vinte) pontos percentuais.” (NR)

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data da sua publicação, produzindo efeitos após decorridos noventa dias.

JUSTIFICAÇÃO

A severa crise causada pelo coronavírus expôs as debilidades dos sistemas de saúde públicos e privados no mundo todo, inclusive nos países desenvolvidos.

O rápido alastramento do vírus e os riscos que ele traz, em particular à população mais idosa e menos favorecida, sugere que medidas devem ser tomadas imediatamente para



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

reforçar o Sistema Único de Saúde – SUS, base das ações que garantem e protegem a saúde pública no País. Mas para que essas medidas sejam possíveis, é necessário mobilizar recursos financeiros que, em uma época de dificuldades fiscais e econômicas, são particularmente escassas.

Por isso se faz necessário identificar setores que, por suas características, têm gerado lucros elevados e que, portanto, podem contribuir um pouco mais em um momento grave como o atual.

É evidente que um desses setores é o financeiro. Ano após ano a mídia divulga os lucros elevados e crescentes dos bancos, enquanto a indústria, por exemplo, sofre com altos tributos, acirrada concorrência externa e dificuldades com a infraestrutura.

Outro setor que, a nosso ver, deveria contribuir mais é o setor de extração mineral, cuja atividade causa danos ambientais que também oneram o Estado e, em particular, o sistema de saúde.

Em vista disso, propomos a elevação temporária da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL incidente sobre os lucros das empresas que atuam nesses dois setores e cujo faturamento anual seja maior que R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). A CSLL tem seus recursos vinculados à seguridade social, da qual a saúde pública é um dos pilares.

Pelo exposto, rogo aos nobres parlamentares que apoiem esta proposição, que garantirá ao Estado recursos para adotar as medidas imprescindíveis para promover a saúde pública neste momento de grande angústia social.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

PROS/RN

SF/20170.00193-09